



DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO XXIV/EDIÇÃO 23 DE MAIO DE 2024

ESTADO DA PARAÍBA PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO

AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 00002/2024

Torna público que fará realizar através da Comissão de Contratação, sediada na Rua Senador Rui Carneiro, S/N - Centro - Congo - PB, por meio do site <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>, licitação modalidade Concorrência Eletrônica, do tipo menor preço, para: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDOS DE RUAS NA ZONA URBANA DO MUNICÍPIO DO CONGO/PB – ETAPA 02. Abertura da sessão pública: **09:00 horas do dia 18 de Junho de 2024. Início da fase de lances: 09:02 horas do dia 18 de Junho de 2024.** Referência: horário de Brasília - DF. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 14.133/21; Lei Complementar nº 123/06; Instrução Normativa nº 73 SEGES/ME/22; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: das 08:00 as 12:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (83) 3359-1100. E-mail: licitacaocongo@gmail.com. Edital: www.tce.pb.gov.br; <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>; www.gov.br/pncp.

Congo - PB, 23 de Maio de 2024

ANA LAIS NASCIMENTO DOS SANTOS FERNANDES - Presidente da Comissão

DECRETO Nº 509/2024

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO DE PLENO DOMÍNIO, IMÓVEL SITUADO NO MUNICÍPIO DE CONGO – ESTADO DA PARAÍBA.

A **PREFEITA CONSTITUCIONAL DE CONGO**, Estado da Paraíba, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e de acordo com o que lhe faculta a alínea “X” do Art. 5º do Decreto-Lei Federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941.

DECLARA,

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública, para os devidos fins de desapropriação de seu pleno domínio, o imóvel de propriedade da Empresa FARIAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o número **17.208.911/0001-01** e na Junta Comercial do Estado do Pernambuco sob o NIRE nº **26202071806**, com sede a Rua Raimundo Francelino Aragão, nº 224, 1º andar, sala 02, Centro, Santa Cruz do Capibaribe/PE; neste ato representada pelos seus sócios administradores **JOSE FARIAS DAS NEVES**, brasileiro, casado, inscrito sob o CPF nº 360.689.004-44 e RG nº 1.649.929, residente e domiciliado na Rua Quintino Bocaiuva, número 380, Bairro Mauricio de Nassau, na cidade de Caruaru, no Estado do Pernambuco; e o Sr. **CARLOS AUGUSTO NEVES FARIAS**, brasileiro, casado, inscrito sob o CPF nº 007.445.434-01 e RG nº 5.131.863, residente e domiciliado na Rua José Vieira Filho, número 367, Bairro Dona-Dom, na Cidade de Santa Cruz do Capibaribe, Estado do Pernambuco. O Terreno Urbano, está situado na Fazenda Prado, medindo 30.066,92 metros quadrados, equivalente a 3,0066 hectares, perímetro 804,07m, limitando-se Norte (frente): com a Rodovia Estadual PB-196, numa extensão de 98,47 metros; Sul (fundos): com Área Desmembrada 03, numa extensão de 102,50 metros; Leste (lado direito): com Área Desmembrada 03, numa extensão de 303,10 metros; Oeste (lado esquerdo): Área Desmembrada 01, numa extensão de 300,00 metros;

Art. 2º - A desapropriação de que trata o presente Decreto é declarada de natureza urgente para efeito de emissão provisória de posse, nos termos do Art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365/1941;

Art. 3º - O objetivo da desapropriação destina-se a construção de Espaço para Realização de Eventos Artísticos e Culturais; A utilidade pública deste projeto é evidente, pois proporcionará um local adequado e especializado para a promoção e valorização da cultura no município. Este espaço servirá como um ponto de encontro para a comunidade, onde poderão ser realizados eventos diversos, tais como apresentações, shows musicais, exposições de arte, festivais culturais e outras atividades que incentivem a participação e o engajamento dos cidadãos na vida cultural da cidade.

Art. 4º - Fica, ainda, o Secretário Municipal de Finanças autorizado a promover os atos administrativos para a indenização a quem de direito, necessário a efetivação da desapropriação, tratada no art. 1º, inclusive, devendo proceder com a liquidação e o pagamento da indenização, utilizando para tanto, os recursos próprios alocados.

Parágrafo primeiro – Será legitimado para receber a indenização decorrente da desapropriação, o titular da propriedade em questão, o qual deverá apresentar título de proprietário válido junto ao processo administrativo 0001/2024.

Parágrafo segundo – O valor da indenização será de R\$ 220.000,00 (duzentos e vinte mil reais) a serem pagos a título de indenização pela desapropriação do imóvel, em 11 (onze) parcelas de 20.000,00 (vinte mil reais) mensais, utilizando, para tanto, os recursos próprios previstos no orçamento vigente.

Art. 5º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Congo/PB, 23 de maio de 2024

FLÁVIA EMANOELA SOUSA PEREIRA QUIRINO
Prefeita Constitucional